



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

Marquinho

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ROBERTO MASSA JUNIOR Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DE OBRAS PÚBLICAS

AUGUSTINHO ZUCCHI Secretário

LÚCIO TASSO Diretor Geral

SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO PARANACIDADE

AUGUSTINHO ZUCCHI Superintendente

CAMILA MILEKE SCUCATO Superintendente Executivo e
Diretora de Operações

JOSE ELIZEU CHOCIAI Diretor de Administração e Finanças

VIRGÍNIA THEREZA NALINI Coordenadora de Projetos

HÉLIO SABINO DEITOS Coordenador de Operações

RODRIGO JOSÉ KUSMA Coordenador de Tecnologia da Informação

FABIO FUMAGALLI VILHENA DE PAIVA Coordenador ER Maringá

RAFAEL GUSTAVO MANSANI Coordenador ER Ponta Grossa e de Guarapuava

FRANCISCO LUIS DOS SANTOS Coordenador de Escritório Regional e da
Região Metropolitana e Litoral

AMERICO MEGUMY NONAKA Coordenador ER Cascavel

JOSÉ RICARDO MATTOS DO AMARAL Coordenador ER Londrina

MUNICÍPIO DE MARQUINHO

Prefeito

ELIO BOLZON JUNIOR

SUPERVISÃO

Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Diretoria de Operações



Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e de Obras Públicas
Serviço Social Autônomo PARANACIDADE

Revisão do Plano Diretor Municipal

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2021

REF.: TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2021

Abril/2022

SUMÁRIO

01 - OBJETIVOS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DO PDM VIGENTE	7
a) Objetivos e diretrizes.....	7
b) Proposições.....	7
c) Apontamentos em relação a estrutura de avaliação.....	8
02 – AVALIAÇÃO POR AREAS APONTADAS NO PDM VIGENTE	9
SETOR 01.....	9
SETOR 02.....	13
SETOR 03.....	17
SETOR 04.....	23
SETOR 05.....	24
CONCLUSÕES.....	27



**PRODUTO I DO DESEMPENHO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA DO
MUNICÍPIO DE MARQUINHO, BASEADO NOS APOSNTAMENTOS DO PLANO
DIRETOR MUNICIPAL VIGENTE E EM REVISÃO**



**Marquinho – PR
Abril– 2022**

INTRODUÇÃO

A partir da leitura dos apontamentos realizados na elaboração do Plano Diretor municipal de Marquinho – Pr, entregue no ano de 2009, é possível entender as proposições que se vislumbrava na época para o desenvolvimento do município.

Porem, este planejamento de longo prazo, que esta balizado pelas diretrizes e proposições, com sua aplicação orientada pelo plano de ação pode sofrer alterações ao longo do tempo, por ocorrer incompatibilidades e mudanças estruturais no município.

Assim, a partir da leitura destes documentos e em conversas e visitas aos setores e secretárias do município, foi possível entender o que foi aplicado total ou parcialmente das ações previstas, bem como, o que não teve êxito, das previsões elaboradas em 2009.

Desta forma, pretende-se neste documento apontar um resumo desta situação, já apresentada para a equipe técnica municipal e com a realização da leitura da mesma para as secretarias envolvidas para apreciação e apontamentos.

Espera-se que a partir deste documento e com uma nova Análise Técnica Integrada se adeque e se elabore novas diretrizes, proposições e ações para a gestão do referido município.

01 - OBJETIVOS, DIRETRIZES E PROPOSIÇÕES DO PDM VIGENTE

Avaliação da capacidade institucional da administração municipal de Marquinho, realizada em 2009, para desempenhar as funções pertinentes às áreas de planejamento e gestão urbana, apontou para os seguintes aspectos:

a) Objetivos e diretrizes

- Melhoria da infraestrutura municipal no que diz à saúde, à educação, às condições habitacionais e aos demais serviços públicos, de forma a promover a inclusão social, reduzindo as desigualdades sociais;
- Valorização e requalificação dos espaços públicos, da habitabilidade e da acessibilidade para todos;
- Recuperação, proteção, conservação e preservação dos ambientes naturais e construídos, incluindo-se o patrimônio cultural, histórico, artístico e paisagístico;
- Ampliação e manutenção da infraestrutura urbana e dos serviços públicos;
- Eficácia da ação governamental, através da integração da atuação municipal com os governos federal e estadual e com os demais municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná, para formação de um processo de planejamento e de gestão de questões de interesse comum;
- Participação da sociedade civil nos processos de decisão, planejamento, gestão e controle social;
- Potencialização da criatividade e do empreendedorismo para o desenvolvimento da economia, da cultura, do turismo, do lazer e dos esportes, priorizando o fomento e implantação dos Arranjos Produtivos Locais, com o constante incentivo a formação continuada e ao empreendedorismo local;
- Incentivo ao desenvolvimento das atividades econômicas, notadamente os serviços e o comércio local, em sintonia e cooperação com os demais municípios da mesorregião Centro-Sul do Paraná;
- Promoção de um sistema de comunicação ampla, para implantação e manutenção de bancos de dados, cadastros urbanos, parâmetros e indicadores que permitam o monitoramento e a avaliação sistemática do desenvolvimento urbano e rural, garantindo plena acessibilidade desses dados a toda população;
- Implantação de uma política pública municipal de responsabilidade social, assegurando às Comunidades Tradicionais inseridas no território, a equitativa repartição dos benefícios auferidos pelo manejo sustentável de florestas, manejo sustentável nas baías, e no manejo sustentável do turismo, este último em todas as suas especificidades.

b) Proposições

1. Remodelação da Estrutura Organizacional Administrativa do município;
2. Implementação dos Instrumentos do Estatuto da Cidade;

3. Definição de uma política de desenvolvimento econômico abrangente na área de agropecuária, turismo e de geração de renda, sempre de maneira integrada entre a PREFEITURA, EMATER, IBAMA, IAP e da CANTUQUIRIGUAÇU;
4. Construção e reforma dos equipamentos públicos;
5. Contratação e capacitação de profissionais em todas as áreas;
6. Criação de uma política de preservação cultural;
7. Regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas de risco ambiental;
8. Manutenção permanente das estradas localizadas no território municipal;
9. Implantação de um estudo de fluxo de passageiros para viabilizar a demanda do transporte intermunicipal, coletivo urbano e escolar;
10. Gestão do uso do solo municipal – Macrozoneamento e Zoneamento;
11. Implantação do Saneamento Ambiental em todo o território municipal;
12. Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal responsável pela integração das ações no município e pelo acompanhamento da implantação do Plano Diretor Municipal;

c) Apontamentos em relação a estrutura de avaliação

A partir da leitura dos apontamentos realizados, e com a avaliação realizadas nos setores do município, pode-se entender e apontar os seguintes elementos em relação aos objetivos, diretrizes e proposições do PDM elaborado em 2009:

- As estruturas e a capacidade do município na época eram bastante deficitárias, sendo necessário estrutura a capacidade de atendimento da população, o que foi sendo realizado por áreas e de acordo com a capacidade de investimento e parcerias do município;
- Na época, existia uma relação do município com a região, com foco na possibilidade de existência de parceria em formato de consórcio, o que facilitaria a execução de ações nos setores do município. Porém com o passar do tempo, estas parcerias foram enfraquecendo e não ocorrendo, por mudança no foco da gestão regional.
- Existia a necessidade de capacitação e qualificação das equipes municipais para o entendimento e a aplicação do formato de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM.
- Era necessário fazer com que a população entenda a forma de gestão pública que o Estatuto da Cidade traz a partir da elaboração do PDM, bem como, apontar e orientar como os mesmos podem participar;
- Apontamento de necessidades relacionadas a organização, criação e implantação de leis, regulamentações de ações que realizem a organização gestão municipal, para se organizar e desenvolver o território municipal.
- Necessidade de criação e implantação de políticas públicas de gestão do território, com foco na valorização do trabalho dos conselhos municipais, principalmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal.

02 – AVALIAÇÃO POR AREAS APONTADAS NO PDM VIGENTE

Com a leitura dos documentos elaborados em 2009, com visitas técnicas aos setores e secretárias municipais e reuniões técnicas com a ETM e demais equipes do executivo municipais, foi possível realizar apontamentos de ações previstas em 2009, a partir das necessidades de cada setor, e verificar a sua execução neste período de vigência (2009 – 2019), conforme segue:

SETOR 01

i. regulamentação da legislação urbanística vigente;

ii. implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade;

atividades de licenciamento e fiscalização do parcelamento do solo, para fins urbanos, edificações e obras, e localização e funcionamento das atividades econômicas, e ainda do cumprimento de demais posturas municipais;

TERRITORIAIS	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Distribuição da População	População dispersa pela grande extensão de área municipal.	População sem apoio para continuar no campo. Taxa de C A Negativa = - 2,26% A ocupação dispersa pelo território dificulta a prestação de serviços públicos, onerando o poder público municipal. Falta de acessibilidade de escoamento de produção.	Qualidade de vida no campo.	População dispersa pela grande extensão de área municipal.	Taxa de Crescimento = 1,93% Falta de acessibilidade de escoamento de produção. Políticas Públicas, incentiva a comunidade a permanecer no campo.	Considerando a evolução da taxa de crescimento populacional, existem áreas adequadas e disponíveis para a consolidação de uma ocupação urbana em locais apropriados. Políticas Públicas como incentivo da comunidade a se especializar na economia local.

01 - Promover a regularização fundiária sustentável do solo municipal, priorizando o atendimento à população de baixa renda residente em imóveis ou áreas degradadas e de risco ambiental. Assim como a regularização das áreas de ocupação irregular e os assentamentos.

Ação 01: Zonas de Interesse Social – ZEIS;

Ação 02: Concessão de Direito Real de Uso;

Ação 03: Direito de Preempção;

Avaliação: Estas ações foram executadas de forma parcial, existindo a necessidade de reavaliar cada uma delas e readequar a realidade atual do município;

TERRITORIAIS	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Regulamentação do Uso do Solo	Adensamentos populacionais em área rural.	Não há uma regulamentação eficiente por uma norma municipal, logo não há controle da utilização territorial. Inexistência de Planos de Manejo do uso do solo, logo trazendo certo comprometimento. Distrito com necessidade de delimitação do Perímetro Urbano como ocorre em Guampará.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.	Comércio. Serviços. Residências. Indústrias.	Crescimento de ocupações irregulares em áreas impróprias e de maneira desordenada. Situação de irregularidade de uma grande parte dos terrenos em Marquinho, ausência de matrícula e registro oficial dos terrenos. Regulamentação municipal desatualizada, logo não há controle da utilização territorial.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação do uso do solo, facilitando o gerenciamento e entendimento entre órgãos e população local para a sustentabilidade municipal.

01 - Promover a atualização do uso e ocupação ordenada do solo urbano, tendo como referência a cidade real, e tendo o objetivo e o cumprimento da função social da propriedade e o acesso de seus habitantes ao direito à cidade.

Ação 01: Ampliação do Perímetro Urbano da Sede;

Ação 02: Delimitação do Perímetro Urbano do Distrito da Guampará;

Ação 03: Implementação da Nova Regulação Urbana como Instrumento Fundamental à Garantia da Acessibilidade;

Avaliação: As ações 01 e 02 foram executadas e a 03 está sendo realizada ainda, já que depende de investimentos e parcerias, sendo que parte do território já foi regularizado e parte está em projeto de regularização;

02 - Implantar o sistema de coleta e tratamento de esgoto no município e estabelecer alternativas para redução da poluição hídrica por esgotamento sanitário, garantindo a qualidade ambiental.

Ação 01: Elaboração de um Plano Municipal de Saneamento;

Ação 02: Manual do Saneamento Ambiental;

Ação 03: Implantação do sistema de tratamento de esgoto na área urbana e conexão obrigatória das edificações;

Ação 04: Obrigatoriedade de conexão de novos loteamentos à rede coletora;

Avaliação: As ações 01 e 02 foram executadas de forma parcial e as 03 e 04 não foram executadas por ser de autarquia de entidade estadual, sendo que o município vem viabilizando esta possibilidade de implantação, baseado no novo marco regulatório no nível federal;

TERRITORIAIS	Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Uso do Solo	- Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 /Código Florestal. - Solo e Relevô. - Rios - Vegetação. - Agropecuária. - Ventos predominantes.	Ausência de Zoneamento do município definindo claramente usos permitidos, permissíveis e proibidos no território. Não há parâmetros de uso e ocupação do solo.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação de Uso e Ocupação do Solo.	Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	Parâmetros de uso e ocupação do solo não existentes. Ausência de um Plano de Uso e Ocupação do Solo Urbano e Rural.	Por ser um município novo não possui vícios sendo favorável à regulamentação.

01 - Organizar o uso e ocupação ordenada do solo na área urbana e rural, tendo como referência a diversidade sócio-espacial e a sustentabilidade ambiental.

Ação 01: Áreas Rurais;

Ação 02: Áreas Urbanas;

Ação 03: Delimitação das Áreas de Ocupação-Zona Urbana;

Ação 04: Definição dos Usos e Parâmetros Construtivos;

Avaliação: Ações executadas, porém necessitam de readaptações para a nova realidade do município;

02 - Garantir a circulação entre as comunidades, o acesso amplo aos espaços e equipamentos públicos, a mobilidade no território municipal, e deste com os demais municípios da região.

Ação 01: Maior Manutenção das Estradas Vicinais;

Ação 02: Desenvolvimento e Implementação de um Plano Municipal de Transporte;

Avaliação: Ações executadas, porém necessitam de ações e adequações contínuas, ou seja, precisam de constante avaliação e adequação;

03 - Qualificar o sistema viário urbano para o uso do pedestre e do ciclista, atendendo a critérios ambientais, escala e garantindo a acessibilidade. Redefinir a hierarquia do sistema viário urbano e municipal, de acordo com a função da via, buscando a continuidade da malha viária, a sinalização e educação de Trânsito.

Ação 01: Vias de Passeio ou Animação;

Ação 02: Passeios Públicos;

Ação 03: Plano Municipal de Arborização Urbana;

Ação 04: Hierarquia Urbana da Sede;

Ação 05: Hierarquia Urbana do Distrito de Guampará;

Ação 06: Campanha de Educação para o Trânsito;

Avaliação: Ações executadas para a situação encontrada em 2009, porém necessitam de readequações para a nova realidade do município;

SETOR 02

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Clima	Influências climáticas através da latitude, circulação das massas atmosféricas, altitude, relevo e hidrografia.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.	Climas Cfa e Cfb.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.	Climas Cfa e Cfb.	Ocorrência de inversão térmica ocasionada por queimadas.	Existência de sistemas alternativos de queimadas para a limpeza de pastos e preparação de solos.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor;

01 - Fomentar o monitoramento permanente das condições meteorológicas.

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Solo e Relevo	- Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. - Relevo planáltico com declividade geral voltada para oeste, ou seja, para a calha do Rio Paraná.	Terrenos bastante erodidos pela ação das águas correntes e pela ação de intemperismo.	Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.	- Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. - Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 /79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	- Problemas de erosão. - Degradação do solo. - Utilização incorreta de defensivos agrícolas.	- A recomposição das florestas em áreas de declives mais acentuados reduzindo os processos erosivos. - Manejo do solo de acordo com as curvas de níveis. - Desenvolvimento de programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar.	- Solos profundos e com fertilidade, oriundos da decomposição e desagregação de rochas magmáticas de origem vulcânica. - Na ocupação das áreas em função do relevo: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	- Lixo Urbano. Dejeito direto no solo. - Erosão urbana ocasionada por falta de drenagem, galerias pluviais etc.	- Alta taxa de cobertura pela rede de esgoto (fossa séptica) - Reciclagem do Lixo. - Local para o Aterro Sanitário. - Destinação correta Lixo Hospitalar.

01 - Desenvolver e implantar projetos de uso do solo agrícola, visando o desenvolvimento do território. E o manejo do solo de acordo com as curvas de níveis.

Ação 01: Projetos Piloto de Uso do Solo Agrícola;

Avaliação: Estas ações foram executadas de forma parcial, porem com a realidade atual do município, existe a necessidade de adequação destas ações;

02 - Reduzir o índice de contaminação no solo, ocasionado por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto.

Ação 02 - Conscientização da Comunidade Rural e Urbana sobre o Manejo Adequado do Agrotóxico;

Avaliação: Ações executadas, através de parcerias externas;

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Composição Florística e Fauna	□ Diversidade de ambientes criados pelo relevo e clima. □ Abriga inúmeras espécies de. □ Grande diversidade ambiental de Marquinho em relação aos municípios da mesorregião do Paraná e do Brasil.	▪ Cobertura vegetal primitiva era constituída de Matas de Araucárias. ▪ Exploração da Madeira de lei, pinheiro entre outras.	▪ Um dos elementos mais belos do espaço natural do município corresponde aos campos intercalados com matas de araucárias. ▪ A recuperação das áreas devastadas e a conservação das existentes constituem em excelente meio para o turismo rural. ▪ Atividades econômicas compatíveis com a preservação da fauna e flora como a apicultura.	▪ Cobertura vegetal. ▪ Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção. ▪ A mata ciliar existente nos fundos de vale.	▪ Devastação das matas nativas. ▪ Reflorestamentos com espécies não nativas. ▪ Caça e pesca ilegal.	▪ Reflorestamento com erva-mate (Ilex-paraguaienses) estimulando a atividade ervateira. ▪ Possibilidades de formação de áreas florestais para parcerias internacionais lucrativas, relacionadas aos “Sorvedouros de Carbono” propostos pelo Protocolo de Kioto. ▪ Estabelecer regras claras de fiscalização e controle ambiental.	▪ Cobertura vegetal. ▪ Abriga inúmeras espécies de fauna endêmicas e ameaçadas de extinção. ▪ A mata ciliar existente nos fundos de vale.	▪ Posse irregular de terrenos. Construções irregulares em relação ao nível da rua, alinhamento, etc.	▪ Loteamentos licenciados pela prefeitura e IAP. ▪ O Plano Diretor Municipal definirá usos do solo compatíveis com as áreas de mata nativa

01 - Controlar os processos erosivos e de assoreamento, recuperando as matas ciliares nas bacias hidrográficas do município.

Ação 01: Corredores de Biodiversidade;

Avaliação: Ações não executadas, e de acordo com o entendimento da equipe, não existe viabilidade de implantação no momento;

02 - Implantar rotas e caminhos para o desenvolvimento sustentável do turismo de aventura e observação da natureza. Divulgar e estimular as possibilidades econômicas ligadas à silvicultura como cultivo de erva-mate, apicultura e ervas medicinais. Criar mecanismos para articular a preservação do ambiente natural à geração de renda da população local, revertendo num cenário de longo prazo o quadro de exploração da flora e fauna.

Ação 01: Recuperação das Áreas Devastadas e a Conservação das Existentes

Avaliação: Ações com execução continua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, porem a fiscalização da execução não fica em autarquia de entidades municipais, sendo necessário se enquadrar em leis federais e a fiscalizações estaduais.

Aspectos Ambientais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Potencial Hídrico	Bacias do Iguaçu e do Piquiri	- Assoreamento ocasionado pela destruição das matas ciliares. - Redução do volume hídrico devido ao rebaixamento do lençol freático ocasionado pelo desmatamento das áreas próximas aos mananciais.	- Rede hidrográfica numerosa constituída por rios perenes integrantes das bacias do rio Piquiri e Iguaçu. - Potencial hidráulico compatível com instalação de pequenas centrais hidrelétricas. - Volume hídrico que possibilita projetos de irrigação. - Implantação para infraestrutura de canoagem em corredeiras	- Bacia do rio Piquiri. - Além do rio Piquiri, banham o município o rio do Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio São Tomé, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade.	- Contaminação ocasionada por agrotóxicos, lixo doméstico e esgoto. - Assoreamento ocasionado devido a falta da água tratada. - Falta de pavimentação nas estradas. - A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais.	Programas na área rural, voltados para a agropecuária de cunho familiar. Reconstituir as matas-galerias	Além do rio Piquiri, banham o município o rio do Cobre, rio Marquinho, rio Cinco Voltas, rio São Tomé, rio Juti, rio Guampará e rio Anta Gorda que abastece a cidade.	- Contaminação ocasionada por lixo doméstico e esgoto. - Falta da água tratada. - A ocupação e expansão urbana têm promovido a poluição dos rios, através do lançamento de resíduos e efluentes domésticos e industriais.	- Ampliação da taxa de cobertura pelas redes de água tratada para toda a área urbana. - Rios que compõem o Microbacias.

01 - Assoreamento, reconstituição das matas ciliares nas bacias hidrográficas do município.

Ação 01: Potencializar a Rede Hidrográfica

Avaliação: Ações com execução continua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

02 - Garantir a qualidade hídrica dos mananciais de abastecimento do município e o atendimento presente e futuro de toda a população.

Ação 01: Programa de Educação Sanitária e Ambiental

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

03 - Ampliar e melhorar o sistema de abastecimento de água das comunidades servidas pelo sistema de auto-gestão.

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo para os proprietários realizarem este processo, e com programas específicos de apoio, em parceria com outras entidades;

SETOR 03

iii. provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;

Aspectos Econômicos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Dinâmica Econômica IC	Setores econômicos: primário, secundário e terciário.	Falta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e geração de renda.	Trabalhos em parceria para a construção de estruturas que possibilitam o desenvolvimento global entre os aspectos dos setores econômicos.	Principal setor econômico-primário, após secundário e terciário.	- Crescimento negativo. - Precarização do mercado de trabalho (trabalho informal, baixa remuneração). - Emprego formal alocados no poder público municipal. - Esvaziamento econômico (empresas e indústrias) Indefinição do potencial econômico.	Turismo Rural. Lixo em renda. - Estradas municipais - Diversificação agrícola. - Atividades artesanais. - Pequenas indústrias. - Incentivo a diversificação produtiva.	Principal setor econômico-primário, após secundário e terciário.	- Deficiência de infraestrutura urbana. Comércio pouco competitivo. - Setor de serviços muitos incipientes não podendo atender adequadamente a área turística. - Serviços de hospedagens e alimentação.	Turismo Rural. - História do município. - Regularização de áreas urbanas. - Atividades culturais e de lazer.
Finanças Públicas OUTROS	Apoio de órgãos estadual e federal	- Muitos municípios vivem de repasses Federais e Estaduais, não geram receitas próprias. - Faltam profissionais qualificados na Gestão administrativa.	Atividades de geração de renda regional.	Apoio de órgãos estadual e federal	Dificuldade de gerar receitas.	- Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. - Parcerias com universidades locais.	Apoio de órgãos estadual e federal	Dificuldade de gerar receitas.	Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos. Parcerias com universidades locais.

01 - Elevar a capacidade de geração da receita própria, estimulando a instalação de novos estabelecimentos e da regularização fiscal das atividades econômicas informais.

Ação 01: Elevação da Receita Orçamentária Própria;

Avaliação: Ações com execução contínua, a partir de campanhas de incentivo e projetos próprios do município, captação de receita a partir da atração de investimentos e parcerias com governo estadual e federal, pelas secretarias, ministérios e emendas parlamentares;

Aspectos Econômicos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Agropecuária AGRI	▪ Agroindústria.	Acesso a profissionais qualificados.	▪ Buscar assessorias específicas em parceria com as universidades	▪ Produção leiteira.	▪ Pequena atividade econômica.	▪ Diversificar produção para melhorar a receita tributária.	▪ Atividade econômica agropecuária.	▪ Falta mão de obra qualificada na gestão pública.	▪ Projetos universitários e qualificação para os jovens.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porém a equipe técnica apontou que aconteceram algumas parcerias com entidades externas do município em alguns momentos que atenderam parcialmente estes apontamentos, mas precisa-se de novas avaliações;

Aspectos Econômicos	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Potencial Turístico IC	Proximidade física com o Turismo Regional	Desconhecimento do passado e das tradições. Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.	Desenvolvimento e implantação de projetos de trekking e cavalgadas pelo Caminho do Peabirú, implantação de campings municipais para eventos como rodeios, festivais, etc.	Fluxo rodoviário intermunicipal.	Desconhecimento do passado e das tradições. Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo.	Conscientização através de escolas, do poder público municipal e dos clubes de serviço da importância econômica das atividades turísticas para o município tanto na área rural como na área urbana.	Pr-158	Desconhecimento do passado e das tradições. Desconhecimento das comunidades do potencial econômico que corresponde na atualidade o turismo. Total ausência de infraestrutura para o turismo, com os hotéis, restaurantes, meios alternativos de transporte como táxi, vans, etc. Falta de divulgação da existência do município dentro até mesmo do próprio estado do Paraná.	Valorização do potencial histórico - turístico municipal, implantação de camping municipal para campistas de maior poder aquisitivo como proprietários de motor-homes e trailer. Criação de eventos regionais e estaduais para atração de turistas. Convênios com o Ministério do Turismo para financiamentos de infraestrutura para o turismo.

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porém de acordo com a equipe técnica apontou que não teve ações neste setor;

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Educação	Parcerias com o governo estadual federal.	Faltam profissionais qualificados. Entraves na aprovação de projetos.	Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica.	Educação voltada a realidade rural.	Falta formação técnica. Equipamentos sem adequação. Ensino Infantil. Transporte Escolar. Vagas em aberto no ensino fundamental. Não há a Casa Familiar Rural. Não há a APAE. Vagas no ensino infantil.	Estrutura para Ensino Médio. Formação técnica em cursos Pós- Médio e a distancia. Ensino para Jovens e Adultos.	Educação voltada a cursos técnicos de capacitação na produção local.	Falta formação técnica. Equipamentos sem adequação. Ensino Infantil. Transporte Escolar. Vagas em aberto no ensino fundamental. Não há a APAE. Vagas no ensino infantil.	Estrutura para Ensino Médio. Formação técnica em cursos Pós- Médio e a distancia. Projetos universitários. Ensino para Jovens e Adultos.

01 - Dimensionar e priorizar a rede de ensino fundamental e infantil, possibilitando o acesso igualitário às unidades de ensino em todo o território municipal, garantindo uma melhoria na qualidade de ensino e a freqüente capacitação dos profissionais envolvidos.

Ação 01: Melhoria no Transporte Escolar

Ação 02: Educação Infantil

Ação 03: Ensino Fundamental Integral

Ação 04: Programa de Inclusão Social Educacional

Ação 05: Capacitação de Professores e Profissionais da Educação

Avaliação: Ações com execução continua, porem quando se realiza um comparativo com a situação em 2009, existiu uma grande evolução, com a execução de várias ações com foco no atendimento destas ações, efetuadas pelo próprio município ou em parcerias com entidades externas;

02 - Melhorar os índices de alfabetização municipal.

Ação 01: Criação de Programa de Alfabetização Municipal para Adultos.

Avaliação: Ações com execução continua, porem quando se realiza um comparativo com a situação em 2009, atendeu-se a mesma com a efetivação de parcerias com entidades externas;

03 - Garantir o planejamento educacional de forma contínua integrada às diretrizes sociais, ambientais e econômicas do município.

Ação 01: Inclusão do ensino de Educação Ambiental no currículo permanente;

Ação 02: Implantação de Ensino Técnico Profissionalizante;

Ação 03: Potencializar o Plano Municipal de Educação;

Ação 04: Divisão Física do Departamento de Educação;

Avaliação: Ações 01, 03 e 04 apresentam execução contínuas e atendidas de formas parciais, quando comparadas com 2009, com várias ações e apontamento de melhorias. A ação 03 não é uma atividade de autarquia municipal, mas sim estadual.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Saúde	Parcerias com o governo estadual federal.	Saúde alto custo para os municípios.	Atividades de pesquisa com implementação de projetos pilotos.	Iniciativa de programas de saúde preventiva. População dispersa pelo território municipal.	Dificuldade de transporte e de comunicação. Equipamentos sem adequação. Falta de acessibilidade.	Centro de Saúde de Guampará	Iniciativa de programas de saúde preventiva.	Saúde básica ineficiente. Atendimento nas Especialidades.	Atendimento 24 horas. Programa de Saúde Básica e Preventiva. Centro de Saúde da Mulher e da Criança.

01 - Promover a expansão da cobertura de atendimento, priorizando o investimento nas comunidades isoladas e locais onde são registrados os maiores e mais complexos desafios.

Ação 01: Reelaborar Plano Municipal de Saúde;

Ação 02: Dinamização do Posto de Saúde da Sede;

Ação 03: Posto de Saúde no Distrito de Guampará;

Ação 04: Posto de Saúde em Gleba Nove;

Ação 05: Capacitação de Profissionais;

Avaliação: Ações executadas, porém apresentam necessidades de se realizar ações contínuas.

02 - Desenvolver programas de educação sanitária e ambiental de forma articulada com as secretarias de educação, meio-ambiente e obras.

Ação 01: Programa de Saneamento Básico articulado com outras secretarias;

Avaliação: Ação executada de forma parcial, porém apresentam necessidades de se realizar ações contínuas.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Habitação	Parcerias com o governo estadual federal.	Falta de infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social.	Parceria para a construção de estruturas habitacionais.		Habitação em condições precárias.	Parcerias com órgãos estaduais.		Habitação em condições precárias.	Parcerias com órgãos estaduais na busca de financiamento de baixo custo.
Trabalho e Renda AS	Parcerias com o governo estadual federal.	Incapacidade de gerar empregos pouco desenvolvimento secundário e terciário;	Perspectiva de atrair investimentos.	Iniciativa de programação de geração de renda.	Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	Programas de Geração de Renda.	Iniciativa de programação de geração de renda.	Falta de investimento de diversificação no sistema produtivo.	Investir na diversificação da produção. Turismo Rural.

01 - Construir uma rede de apoio às micro e pequenas empresas, incentivando a instalação de atividades econômicas ligadas ao turismo e a agricultura familiar.

Ação 01: Constituição de uma Rede de Apoio à Pequena Indústria e a Agricultura Familiar.

Ação 02: Criação de uma Escola Técnica.

Ação 03: Desenvolvimento do Ecoturismo e Turismo Rural

Ação 04: Estabelecimento de uma Rede de Contato com Agências de Turismo

Avaliação: Ação 01 executada de forma parcial, porém apresentam necessidades de se realizar ações contínuas e com parcerias. A ação 02 entende-se que não é autarquia do município. As ações 03 e 04 não foram executadas;

02 - Articular o desenvolvimento econômico do município à proteção do meio ambiente e à busca pela redução das desigualdades sociais.

Ação 01: Mão de Obra Qualificada Através do Ensino Profissionalizante;

Ação 02: Aliança entre as Comunidades, Prefeituras e Organizações Ambientais;

Ação 03: Organização de Cooperativas;

Avaliação: A ação 01 entende-se que não é autarquia do município, apenas poderá realizar o incentivo. As ações 02 e 03 foram executadas de forma parcial, porém apresentam necessidades de se realizar ações contínuas e com parcerias.

Aspectos	Escala Regional	Escala Municipal rural	Escala Urbana
----------	-----------------	------------------------	---------------

Sociais	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Segurança OUTROS	Parcerias com o governo estadual e federal.	Dependência do Estado.	Parceria com o Estado. Patrulha Rural.	População dispersa pelo território municipal.	Dificuldade de comunicação e transporte. Problemas com as áreas rurais e dificuldade de policiamento nas fazendas. Telefones públicos.	Tranquilidade Urbana.	Tranquilidade Urbana.	Jovens sem perspectiva de inclusão social. Telefones públicos.	Trabalhos de prevenção junto aos jovens. Tranquilidade.

01 - Garantir a segurança dos cidadãos, através da ampliação dos recursos humanos e da infraestrutura, visando à realização das atividades de vigilância, a prevenção da violência e o estímulo a participação das comunidades nas questões relativas à segurança.

Ação 01: Adoção da Sugestão da Secretaria de Segurança Pública para o Fechamento de Bares, Bailões e Casas Noturnas;

Ação 02: Criação do Conselho Municipal de Segurança Pública;

Ação 03: Cobertura Total do Programa Preventivo contra as Drogas e a Violência;

Ação 04: Programa Direito e Deveres da Criança e do Adolescente;

Avaliação: As ações previstas foram executadas de forma parcial, porem apresentam necessidades de se realizar ações continuas e com parcerias.

Aspectos Sociais	Escala Regional			Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Seguridade Social ASS	Parcerias com o governo estadual e federal.	Incapacidade de gerir a subsistência.	Projetos universitários. Espaços para pesquisa científica. Parceria entre as prefeituras e universidades para desenvolvimento de projetos.	Capacitação profissional da população.	Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. Dependência em programas sociais.	Ampliação da participação da população nos programas sociais. PETI.	Cursos profissionalizantes de acordo com a realidade local.	Grande parte da população sem capacidade de gerar renda. Dependência em programas sociais.	Participação da população nos programas sociais. PETI.

01 - Garantir a acessibilidade aos cidadãos, através da conscientização entre os próprios cidadãos, como também a capacitação de profissionais técnicos e gestores urbanos, sobre as necessidades peculiares de acesso à população.

Ação 01: Garantir a Acessibilidade para a População;

Ação 02: Conscientização e Dinamização do Programa Bolsa Família;

Ação 03: Programa Casa Familiar Rural;

Ação 04: Conselho Municipal da Terceira idade e do Idoso;

Ação 05: Centro de Integração da Terceira Idade e do Idoso – CITI;

Ação 06: Centro de Referência de Assistência Social-CRAS;

Avaliação: As ações previstas foram executadas, porém apresentam necessidades de se realizar ações contínuas e com parcerias. Porém os programas das ações 02 e 03 não existem mais.

SETOR 04

Aspectos de Infra-Estrutura e Transportes	Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Resíduos Sólidos AGRI	Local destinado ao aterro sanitário.	Coleta de lixo doméstico depositado na natureza/queimado/ enterrados Coleta de lixo hospitalar ineficiente. Não há Projetos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.	Coleta de lixo. Coleta de lixo hospitalar.	Coleta de lixo doméstico depositado em área não apropriada. Coleta de lixo hospitalar ineficiente. Não há Gerenciamento de Resíduos Sólidos	Alguns Programas de Educação Ambiental. Coleta de lixo hospitalar-coleta terceirizada.

01 - Ampliar e melhorar a coleta de resíduos sólidos, implantando um sistema de coleta com separação de lixo reciclável e hospitalar em todo o município.

Ação 01: Manual do Saneamento Ambiental;

Ação 02: Implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no Município;

Ação 03: Implantação da Coleta Seletiva;

Ação 04: Gerenciamento dos resíduos sólidos na formação de aterro sanitário consorciado intermunicipal para a gestão dos resíduos sólidos;

Avaliação: As ações previstas foram executadas de forma parcial, já que existem a necessidade de investimentos externos e em parcerias com governo estadual. As mesmas apresentam necessidades de se realizar ações contínuas e com parcerias.

Aspectos de Infra-Estrutura e Transportes OUTROS	Escala Municipal rural			Escala Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade

Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública	Satisfatória Rede de Energia elétrica.	População sem energia elétrica. Ausência de iluminação pública.	Rede elétrica garantindo cobertura quase de total ao município.	Satisfatória Rede de Energia elétrica.	População quase que totalmente atendida.	Rede elétrica garantindo cobertura quase de total ao município.
Sistema de Telecomunicações.	Parcerias com o governo federal e estadual.	Falta de telefones públicos. Não há emissoras de rádio.		Parcerias com o governo federal e estadual.	Falta de telefones públicos. Não há emissoras de rádio.	

Avaliação: Não foram encontradas ações específicas para este setor, porém a equipe técnica apontou que aconteceram algumas parcerias com entidades externas do município em alguns momentos que atenderam parcialmente estes apontamentos, mas precisa-se de novas avaliações;

SETOR 05

iv. provisão de infraestrutura e equipamentos, e prestação de serviços públicos;

ASPECTOS INSTITUCIONAL	Escala Municipal Rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade
Estrutura Organizacional OUTROS	Departamentos municipais.	- Insuficiência dentro do quadro próprio do município para desempenhar as funções necessárias à implementação do Plano Diretor Municipal. - Falta de departamentos visando incentivar o turismo rural e geração de renda. - Sub-sedes nas comunidades de maior concentração.	- Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal. - Dentro do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento há programas de Geração de Renda e Turismo Rural.	Departamentos municipais.	- Regulamentação e instrumentos para a regulação do território municipal dentro dos limites legais para a implementação do Plano Diretor Municipal no ordenamento de uso e ocupação do solo rural. - Articulação entre os departamentos municipais na execução de projetos e programas na discussão do Plano Diretor Municipal.	Quadro técnico do município através de aperfeiçoamento profissional para a implementação do processo permanente de planejamento na aplicação do Plano Diretor Municipal.

01 - Formalizar parcerias entre município e estado, visando à regulamentação do processo de consulta, discussão e deliberação de questões relacionadas ao planejamento e gestão municipal.

Ação 01: Formação de Câmaras Técnicas Setoriais e Formalização de Convênios

Avaliação: Não foi encontrada nenhuma atividade específica para atender esta ação, sendo um setor deficitário no município;

02 - Reorganizar a estrutura administrativa municipal, racionalizando as atribuições, funções e inter-relações entre as secretarias municipais e demais órgãos, e fortalecendo o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e gestão territorial.

Avaliação: Não foi encontrada nenhuma ação e atividade específica para atender este item;

03 - Reorganizar as medidas de polícia administrativa municipal, fortalecendo a organização das atividades antrópicas no meio físico-territorial e estabelecer as relações entre o poder público local e os municípios.

Ação 01: Criação do Código de Posturas e Código de Obras do município.

Ação 02: Implantação da Subsede no distrito de Guampará

Avaliação: Ação 01 atendida, porem existe a necessidade de adequação e atualização. Ação 02 atendida, porem com necessidade de ações continuas;

04 - Fortalecer, qualificar e capacitar o quadro técnico municipal responsável pela implementação de um processo contínuo de planejamento e pela gestão do Plano Diretor Municipal.

Ação 01: Promoção da Qualificação, Capacitação do Quadro dos Servidores Municipais.

Avaliação: Ação atendida, porem com necessidade de ações continuas;

05 - Promover a participação, o controle social e a integração entre as políticas públicas municipais.

Ação 01: Criação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Sustentável do Plano Diretor Municipal;

Avaliação: Ação atendida, porem com necessidade de ações continuas;

06 - Garantir a divulgação e o esclarecimento da população como garantia da efetividade das diretrizes, propostas e ações do Plano Diretor Municipal.

Ação 01: Elaboração da Cartilha do Plano Diretor Municipal e realização de Eventos do Plano Diretor Municipal;

Avaliação: Ação atendida, porem com necessidade de ações continuas;

07 - Implantar e atualizar um banco de dados e informações georreferenciadas do município, que auxiliará no planejamento e monitoramento municipal e promoverá a interação das políticas públicas do município.

Ação 01: Planejamento Municipal com a Implementação do Sistema de Informação Geográfica – SIG.

Avaliação: Ação não atendida;

ASPECTOS INSTITUCIONAL	Escala Municipal Rural			Escala Municipal Urbana		
	Condicionante	Deficiência	Potencialidade	Condicionante	Deficiência	Potencialidade

Legislação OUTROS	Áreas urbanas consumadas em área rural.	Disciplinamento municipal insuficiente em matérias que condicionam a elaboração do Plano Diretor Municipal.	Distrito de Guampará com características urbanas.	Na ocupação das áreas em função das leis: consideradas as faixas, definidas pela Legislação Federal, Estadual e Municipal: Lei 6.766 / 79 - Parcelamento da Terra e a Lei 4.771/65 / Código Florestal.	- Legislação municipal de Marquinho, no que concerne ao uso e ocupação do solo é extremamente precária, inexistente. - O corpo de Leis defeituoso e insuficiente, não contempla os princípios gerais de política urbana. - Deficiência da estrutura de fiscalização municipal, não vem sendo integralmente viabilizada.	Discussão coletiva como representação de uma grande oportunidade para que se criem os princípios da política urbana e elabore-se uma regulamentação urbanística capaz de viabilizar um processo permanente de planejamento. - Loteamentos recentes em processo de regularização dos imóveis urbanos trazendo segurança jurídica aos munícipes. - Lei de Diretrizes e Base. - Lei de Orçamento Anual. - Plano Plurianual.
----------------------	---	---	---	--	---	--

01 - Organização e monitoramento constante da administração na gestão territorial.

Ação 01 - Capacitação de Funcionários para o Constante Monitoramento da Comunidade;

Avaliação: Ação atendida, porém com necessidade de ações contínuas;

CONCLUSÕES

Baseados nos apontamentos realizados nas diretrizes, proposições ações previstas no PDM elaborado em 2009, verifica-se que as atividades previstas apresentam uma variabilidade grande em seu cumprimento e em execução.

Verifica-se que foram apontadas varias ações que, segundo a ETM, são entendidas como atividade que não é possível ser executadas pelo município, já que as mesmas não dependem diretamente do município, já que existem outras autarquias que regem a implantação das mesmas.

Além disso, o não cumprimento de algumas ações também se justifica pelo fato de que as características do município mudaram, não sendo mais algo que necessite ou que tenha espaço para se aplicar.

Outra situação apontada pela ETM, e a falta de indicativos de monitoramento para a execução das atividades, tanto no que se refere a tempo como níveis de monitoramento de evolução do indicador.

Assim, nesta revisão espera-se adequar e atualizar as diretrizes e proposições de acordo com a realidade e necessidades atuais, apresentando novas ações para que se atenda/resolva estas necessidades, sem deixar de manter aquelas ações que forma executadas ao longo deste período, que de se demonstraram efetivas, com resultados satisfatórios e que faz sentido a realidade atual do município.

CONSULTORIA CONTRATADA

FAROL CONSULTORIA E ASSESSORIA EM PROJETOS LTDA

COORDENAÇÃO GERAL

Diego Ronaldo Matciulevicz

Engenheiro Civil, CREA PR-107371/D

EQUIPE TÉCNICA CONSULTORIA

Rodrigo Maschio De Freitas

Arquiteto e Urbanista, CAU PR 00A1075365

Tiago David Damiani

Administrador

Inácio M. Rodrigues Pereira

Economista, CORECON/PR 7576

Cezar Augusto Soares

Engenheiro Ambiental, CREA PR-174256/D

Evandro Alif Bolba Barbieiro

Advogado, OAB/PR nº 60.847

José Francisco De Gois

Geógrafo, CREA PR-199212/D

Taise Signorini

Psicóloga

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

COORDENAÇÃO

Charles Alexandre Batista

Engenheiro Civil

EQUIPE

Emerson Baptistel

Diretor Administrativo

Marcos Baptistel

Contador

Telma Mugnol

Advogada

Clodoaldo Paviani

Controle Interno

Sergio Luiz Dal Pai

Secretaria de Administração

Eder Barbosa Vaz
Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente

Aldair Mossolin
Professor de Ed. Física

Fernando Pires
Diretor Departamento de Tributação

Eliane Ramos Padilha
Secretaria de Educação

Mariclea Telles de Vargas
Secretaria de Saúde

Tissiane Varela Schisler
Secretaria de Promoção de Ação Social

CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE

REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

Gilmar Camargo

Diego Pereira Moreira

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA

Altair Bittencourt

João Maria Cardoso

REPRESENTANTES DOS DISTRITOS MUNICIPAIS

Alex Sandro Baptistel

Valdir Gorff

SUPERVISÃO SEDU/PARANACIDADE

Nágila Terezinha Freiria
Analista de Desenvolvimento Municipal